



A PERCEÇÃO DE DOCENTES FACE A INCLUSÃO DE UM ALUNO CEGO: UMA INVESTIGAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NO SERTÃO DA PARAÍBA, BRASIL.

Maria das Neves de Araújo Lisboa¹
José Jorge Casimiro dos Santos²
Ligiane Gomes Marinho Salvino³
Carlos Ryan silva de Araujo⁴

RESUMO

Políticas públicas no âmbito educacional têm sido pensadas e implementadas para que a escola se torne inclusiva. Entretanto, se a escola deve se tornar inclusiva é porque ela não o tem sido, ainda que os preceitos constitucionais nos apontem para uma visão de sociedade justa e igualitária, sem qualquer tipo de discriminação. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo principal investigar o olhar frente aos professores que lecionam na sala de aula de um aluno cego analisando o processo de inclusão escolar deste aluno. Para tanto, utilizamos uma pesquisa do tipo qualitativa e como instrumento metodológico, uma entrevista semiestruturada. O trabalho de campo foi realizado em março de 2018. Participaram da presente pesquisa sete professores da instituição que lecionam na sala de aula do aluno no estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. Os resultados indicaram que em algumas disciplinas mais específicas do curso o aluno sente um pouco de dificuldade, porém não muito distante dos demais alunos, os quais não tem a deficiência visual. Todos os professores sentem dificuldades quanto a preparação de materiais adaptados. A instituição dispõe de alguns profissionais na área pedagógica e um núcleo de apoio, o qual está disponível quanto aos recursos de leitura e escrita em Braille, porém os professores relataram que não tiveram formação inicial nem continuada na área da Educação Especial. Destacaram o quanto são fundamentais para o processo de inclusão escolar e, conseqüentemente, social do referido aluno; visto que incluir não é favor, é realidade e abrir um leque de possibilidades.

Palavras-chave: Prática Pedagógica; Educação Inclusiva; Deficiência Visual.

INTRODUÇÃO

A educação especial, no Brasil, como em todo o contexto histórico, era vista como algo assistencial para com os alunos com deficiência, impregnada pela falta de como olhar para estes alunos como educandos que apresentam necessidades especiais, mas que são capazes sim de aprender e serem inseridos de fato no contexto escolar. A marginalização das pessoas com

¹ Mestre pelo Curso de Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual da Paraíba - Pb, mnalisboa@gmail.com;

² Mestre pelo Curso de Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual da Paraíba - Pb, jorge.cassimiro14@gmail.com;

³ Mestre pelo Curso de Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual da Paraíba - Pb, ligiane.gmarinho@gmail.com.

⁴ Psicopedagogo pela universidade Candido Mendes, Especialista em Educação Especial e AEE pela universidade Candido Mendes e Pós-graduando em Libras no Instituto Federal da Paraíba-IFPB, carlosryansilva22@email.com



deficiência, muitas vezes surgia por falta de conhecimento das próprias deficiências, onde estas eram associadas ao misticismo, castigos, pragas ou mesmo ao ocultismo. Religiosamente eram ignorados por não terem a semelhança perfeita de Deus. Pessoas com deficiência eram vistas como incapacitadas, inválidas, inúteis que não serviam para o convívio social.

Ainda nesse pensamento, Jannuzzi (2012), enfatiza que as pessoas com deficiência eram segregados da sociedade, observando que logo mais, a “defesa da educação dos anormais foi feita em virtude da economia dos cofres públicos e dos bolsos dos particulares, pois assim se evitariam manicômios, asilos e penitenciárias, e estas pessoas seriam inseridas no trabalho.

Na busca pelo sucesso pedagógico, no sentido de possibilitar aos aprendizes condições de desenvolver suas potencialidades, tornando-se agentes da construção de seus conhecimentos, sujeitos autônomos e críticos da realidade, muitos professores têm buscado fontes diversas para aprimorar seus saberes e suas práticas. Sendo um dos principais elementos responsáveis pelo desencadeamento do processo de ensino e da aprendizagem, o professor é também agente privilegiado de mudanças educacionais já que não apenas conduz parte do processo educativo como também é um dos maiores interessados em resolver problemas que diariamente lhes provocam imensos desgastes. A capacidade do professor de ser um interlocutor com o seu saber profissional por experiência e a forma de se relacionar com as diversas faces da sociedade compõem as exigências notadas pela rede de ensino do qual está inserido.

A Escola Inclusiva demanda uma nova forma de concepção curricular que tem que dar conta da diversidade do seu alunado (FERREIRA, 2003). Diante desta realidade, a demanda por profissionais capacitados nas escolas tende a aumentar e, desta forma, os cursos de licenciaturas das instituições de ensino superior precisarão se adequar.

Este estudo veio com reflexões de experiência observadas como professora, destacando o processo de ensino e da aprendizagem de um aluno com deficiência visual em uma turma de ensino regular de um curso médio técnico. O objetivo geral do presente artigo é investigar a percepção de professores de Matemática relacionadas ao processo da inclusão de um aluno cego. Foi utilizada a entrevista semiestruturada como instrumento metodológico. Como principais resultados apresentados destacamos a falta de experiência e formação inicial quanto a questão da inclusão, bem como a falta de preparo e experiência na manipulação de materiais adaptados para o aluno cego. Percebe-se que há uma grande necessidade quanto uma formação continuada para os professores da instituição, para que possa sanar às dificuldades oriundas da formação inicial e dos desafios que o processo de inclusão lhes instigam.



METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, visto a investigação focar no olhar dos professores em relação à inclusão de sujeito cego, levando em consideração que nesse tipo de abordagem interessa apreender as percepções presentes na subjetividade das pessoas envolvidas na pesquisa, notadamente na condição de objeto-sujeito (MARQUES, 2006). Nesse sentido, foi preservado o ambiente natural onde os sujeitos foram consultados e ouvidos por ocasião das entrevistas, que foram construídas na fonte direta dos dados coletados.

Segundo Bogdan, e Biklen (1994), a investigação qualitativa é um tipo de busca de fonte direta de dados, na qual o ambiente investigativo é natural e o sujeito investigado encontra-se em um processo descritivo, cujo significado do objeto em estudo é vital nesse tipo de abordagem, mas que se utiliza de dados e estatísticas para as análises do fenômeno.

Como instrumento metodológico foi aplicada uma entrevista semiestruturada, por julgar importante o contato direto entre entrevistador e entrevistado, uma vez de que nuances foram evidenciadas através do diálogo. A entrevista face a face é uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado. (SZYMANSKI, 2010, p. 12).

REFERENCIAL TEÓRICO

Desde a antiguidade havia discriminação com pessoas que apresentavam qualquer tipo de deficiência. No passado a deficiência chegou a ser vista como castigo divino. Como é retratado na história de Hefesto, o deus do fogo, rejeitado e jogado do alto do Olimpo, por ter nascido manco e com aparência diferente dos outros deuses. É importante observar que desde os tempos mais primitivos existiram pessoas com alguma deficiência, má formação, porquanto degenerações físicas ou mentais, deformações, doenças graves, amputações traumáticas, algo que levasse às consequências de incapacidade, ou de natureza permanente ou transitória, vêm desde a antiguidade (SILVA, 1987, p.14-15).

É notório, em muitas fases de história, um tratamento catastrófico e desfavorável às pessoas com deficiência quando não eram aniquiladas, eram abandonadas quando crianças ou adultas. Como afirma Silva:

as pessoas idosas ou deficientes eram deixadas, por sua própria orientação e muitas vezes por sua própria escolha e vontade, num local mais propício e próximo dos



pontos onde todos sabiam ser a área de convergência contínua e de aparecimento de ursos brancos, para serem por eles devoradas. Segundo acreditavam, os ursos brancos eram considerados como animais sagrados e de grande utilidade para a tribo e que deviam manter-se sempre bem alimentados (SILVA, 1987, p. 29).

Esses fatos históricos mostram que a deficiência, na maioria das vezes, era vista como algo vergonhoso que constrangia famílias, tribos e raças. Muitos homens e mulheres com alguma deformidade, por exemplo corcundas, coxos, anões e albinos, serviam para exposição e atrações em zoológicos, sendo humilhadas ou mesmo ridicularizadas. Para os egípcios e hebreus as deficiências físicas ou doenças graves eram interpretadas como maus espíritos e algum pagamento de pecados referentes de vidas passadas. Porém, essa postura de exclusão não se aplicava a todas as deficiências. As leis e normas do Levítico, livro de Moisés que, segundo Silva (1987), determinavam que o povo hebreu respeitasse os cegos e os surdos, garantido-lhes proteção.

Uma das maiores referências históricas na educação brasileira foi a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos-mudos no Rio de Janeiro em 1854 e 1857, criados através do Decreto Imperial nº 1.428, respectivamente, no período imperial (BUENO, 1993), depois chamado de Instituto Nacional dos Cegos. Em 24 de janeiro de 1891, mais uma mudança dada a esta instituição, pelo Decreto nº 1.320, sendo esta intitulada de Instituto Benjamim Constant (IBC). Em defesa dos direitos das pessoas com deficiência aconteceu em julho de 2015, quando foi sancionada a Lei 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). De acordo com esta lei, pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e que sua participação na sociedade em plenas condições de igualdade fica comprometida ao se deparar com “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social”. São as chamadas barreiras - que estão presentes na arquitetura, comunicação, atitude, tecnologia, entre outras.

Entendemos que toda trajetória da pessoa com deficiência ou outros impedimentos foi marcada por lutas, numa conjuntura hostil e excludente. O desamparo era gritante, e as punições rigorosas. Enclausuramento e eliminação social tornavam-se penas inclementes a que as pessoas com deficiência eram submetidas. Quem não detinha de força, capacidade de produção, serviam mesmo pra quê? Uma negativa e apoucamento dessas pessoas, decretando-lhes sua inumanidade. Que toda sociedade, poder público e todos que abraçaram esta causa continuem buscando melhorias para a verdadeira inclusão.



A deficiência visual, em foco neste estudo, é uma limitação sensorial definida pelo Decreto 5.296/2004 em seu artigo 5º, como:

“**Cegueira**, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a **baixa visão**, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.”

Vale ressaltar que a deficiência visual também pode ocorrer tanto no nascimento (congenita) como no decorrer da vida (adquirida); e de acordo com o Relatório sobre a Saúde Ocular no Brasil, divulgado pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia, estima-se que até 2020 serão 76 milhões de pessoas cegas no mundo.

Discutida desde o ano de 1994, a educação inclusiva surge como uma alternativa à defesa e à promoção dos direitos de grupos vulneráveis historicamente excluídos dos sistemas educacionais. Segundo a Declaração de Salamanca, a “educação inclusiva é uma abordagem que busca o desenvolvimento e procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos com um foco específico naqueles que são vulneráveis a marginalização e a exclusão” (Unesco, 1994). Desde então, o princípio da inclusão tem norteado as políticas públicas no mundo inteiro.

Conforme Tierney (1993), as escolas se encontram frente ao desafio de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com êxito todas as crianças, inclusive aquelas com algumas deficiências mais sérias. Além do mais, planeja-se uma escola que atenda a todos, pois as diferenças são naturais, havendo a necessidade de adaptar o currículo no contexto escolar, para que a inclusão seja verdadeira e eficaz. Além disso, entre os fatores determinantes do sucesso ou insucesso da educação especial está a formação de professores, aptos a executar a tarefa de lidar com educandos com necessidades tão específicas, pois na escola todos são protagonistas, mas os professores são protagonistas de grandes responsabilidades e, conseqüentemente, deve-se intensificar os esforços para que lhes seja garantida a formação necessária ao exercício da profissão docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

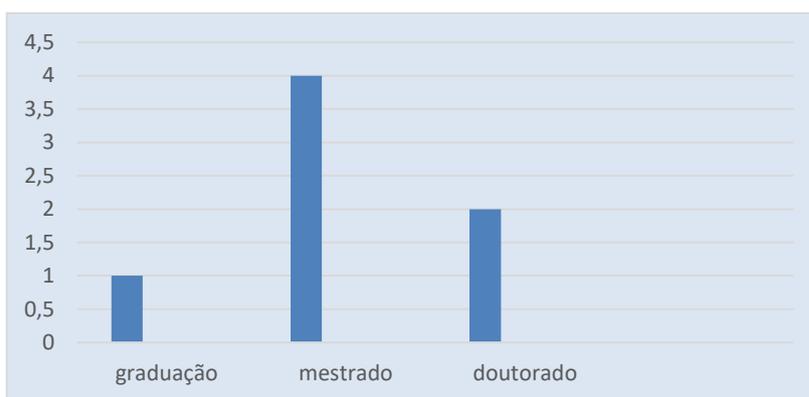
A apresentação dos resultados traz aspectos pessoais de cada sujeito questionado, mas também mostra convergência quanto ao desejo e a necessidade de formação para a promoção da educação inclusiva. Os professores participantes da pesquisa são das disciplinas de



português, matemática, física, geografia, inglês, história e programação orientada a objetos; iremos representá-los respectivamente, por P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7.

Inicialmente será apresentado o perfil da amostra diante de variáveis objetivas, pessoais e profissionais. Apesar de um dos eventos evidenciar a matemática, notou-se o interesse de professores de outras áreas, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1 - Formação em nível máximo de formação acadêmica



Fonte: autoria própria da pergunta da entrevista

De acordo com o gráfico, observa-se que a maioria dos professores tem mestrado, dois tem doutorado e um com graduação. Mesmo assim, nenhum tinha formação na Educação Inclusiva. A experiência docente, em sala de aula, entre dois anos e dez anos, tem três professores, de dez até vinte anos, três professores e um professor com trinta anos de sala de aula.

O conhecimento docente é o produto de um longo processo de adaptação na escola, que se socializa ao herdar, da cultura docente, hábitos, idéias, valores e comportamentos pessoais consolidados e legitimados (GÓMEZ, 2001).

O processo de inclusão ainda necessita de uma valorização na formação do professor, seja na formação inicial ou em formações contínuas; para o fortalecimento e conhecimento de que incluir não é somente dar o acesso ao aluno com deficiência, e sim sua permanência no ambiente escolar.

Em relação as dificuldades enfrentadas pelos professores em ministrar aulas para o aluno cego, os professores P1 e P5 não tiveram dificuldades, faziam adaptações de materiais, colocavam sons nos slides, faziam planejamento junto com o próprio aluno, além de fazer leituras e descrições dos conteúdos de forma detalhada. No caso dos professores, P3 e P2, P7 se depararam com grandes dificuldades em ministrarem aulas para o aluno cego, devido suas



disciplinas necessitadas de cálculos, muitas fórmulas, além da abstração; relatam que tentavam adaptar materiais, porém tinham muita dificuldade. Os professores P4 e P6, tiveram um susto, quando viram o tamanho do desafio que era dar aula ao aluno com deficiência visual, porém buscaram conhecimento, ajuda e planejar às aulas para que o aluno fosse totalmente incluído na sala de aula, visto que a inclusão é uma realidade e não uma caridade.

A referida instituição escolar dispõe de um núcleo de apoio para os alunos com deficiência, bem como para o apoio junto aos docentes, mesmo assim os professores relataram que em alguns casos, o apoio pedagógico deixa a desejar, bem como nas salas de aulas encontram-se alunos com deficiências diferentes. No olhar dos professores, o núcleo deveria dar mais apoio, mais dedicação no cotidiano do planejamento dos mesmos. A professora P1, destacou que a escola deveria oferecer mais materiais pedagógicos, pois para disciplina que ela ministra que no caso é português, só dispõe da transcrição em Braille.

A percepção deste professor é que não considera a escola que ela trabalha preparada o suficiente para o processo da educação inclusiva. Cada participante analisa o que de fato é efetivo e eficaz quanto à inclusão. A impressão do referido relato demonstra que nem todos os professores, mesmo pertencendo a mesma escola e o acesso aos mesmos serviços ou materiais, demonstram o mesmo olhar em relação ao apoio educacional, nem a questão da inclusão. A equipe pedagógica da escola tem um papel de mediação, orientação e de busca por novas perspectivas para com toda a equipe escolar, sejam os professores, alunos e toda a comunidade escolar.

Porém, segundo Mantoan (2011) a falta de formação é um dos principais problemas revelados pelos professores. Destaca ainda, que há uma espera a partir dos docentes de uma formação que venha abranger ou se encaixar em qualquer circunstância vivenciada em sala de aula.

Por fim, apresentamos as propostas de melhorias e possibilidades no olhar dos referidos professores, para com o processo de ensino e da aprendizagem do aluno cego. A utilização de materiais táteis, uso de jogos em matemática, utilização das tecnologias, além de um planejamento mais focado, buscando apoio pedagógico com a equipe escolar, além de adaptação de materiais.

Gessinger (2001) vem reforçar quando evidencia que os professores devem proporcionar situações de ensino e da aprendizagem em que os alunos possam construir ideias. Os professores devem mediar em suas aulas a problematização nos conteúdos apresentados, mesclando as aulas com jogos, por exemplo, demonstrando a ludicidade e curiosidade dos



discentes, despertando a criatividade, interação e participação. A adaptação contribui no processo de ensino e da aprendizagem, minimizando as dificuldades nos conteúdos.

É perceptível que a pessoa com deficiência quando incluída, ocorre um conjunto de inclusões em todo seu contexto, pois envolve a família, muda comportamentos, paradigmas, as responsabilidades são divididas, além de abrir portas para novas posturas, debates e discussões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica relacionada às pessoas com deficiência traz uma caminhada cercada de discriminações, injustiças, pessoas segregadas e marginalizadas pela sociedade, unicamente por serem pessoas com deficiência. O processo de inclusão das pessoas com deficiência vem conquistando direitos e acessos sociais, após anos de lutas nos meios políticos, sociais e educacionais.

Nesta pesquisa, observamos que a formação continuada é de suma importância no processo inclusivo, além da dedicação docente no processo de ensino e da aprendizagem da pessoa cega. Não se faz inclusão de forma individual, e sim em um trabalho coletivo; para que o aluno com deficiência permaneça nas escolas, é necessário união e dedicação de toda equipe escolar, da família e da comunidade escolar.

Portanto, sonhamos e devemos trabalhar por uma escola inclusiva, melhor estruturada, agradável, mais comprometida com o aluno, que é o principal sujeito de todo este contexto, assumindo a sua função social de transformadora do seu status quo. Uma escola que valorize o ser, oportunizando momentos de aprendizagem, incluindo e mantendo a permanência dos alunos com deficiência, para que as pessoas possam verdadeiramente sentirem-se e viverem incluídas.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução a teoria e aos métodos. Tradução Maria João Alvarez, Sara B. dos Santos e Telmo M. Baptista. Porto Editora. Portugal, 1994.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ, 1993.

_____. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e**



10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos e das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 20 out. 2020.

FERREIRA, W. B. **Reflexão sobre o papel dos programas de pós-graduação na luta contra a exclusão educacional de grupos sociais vulneráveis.** Revista Espaço. Rio de Janeiro, INES, n 18 e 19, p 51-62, dez.2002, jul. 2003.

GESSINGER, R. M. **Alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas Classes Comuns: relatos de professores de Matemática.** 2001. (Dissertação Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, PUC-RS, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.miltonborba.org/CD/Interdisciplinaridade/Encontro...Ed.../CC15>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

JANNUZZI, G. D. M. **A educação especial do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do Século XXII.** Campinas: Autores Associados, 2012.

MANTOAN, M.T.E. **Ensinar e aprender: nem tudo depende da didática.** Entrevista concedida a Valeska Canabarro Dios. (2011?) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ubkm6Ic7Ce7>> Acesso em: 05 nov. 2020.

MARQUES, H. R. et al. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico.** Campo Grande: UCDB, 2006.

PEREZ GÓMEZ, Angel L. *A cultura escolar na sociedade neoliberal.* Porto Alegre: Artmed, 2001.

SILVA, O. M. **A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje.** São Paulo: Cedas, 1987.

SZYMANSKI, H. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva.** 3. ed. Brasília, DF: Lider, 2010.

TIERNEY, W. G. **Building Communities of Difference.** Higher Education in the twenty-first Century. London: Bergin and Garvey, 1993.

UNESCO, **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/Salamanca>> Acesso em: 9 nov. 2020.